

**DECISÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.143/2025**

Processo de Recurso n.º 02.711/2026 - Processo Licitatório n.º 44.089/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.143/2025, que tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **VERLUMA COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **63.679.550/0001-07**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **45.827.291/0001-24**, no bojo dos autos administrativos do Pregão Eletrônico n.º **90.143/2025**.

**I) DOS FATOS**

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **VERLUMA COMÉRCIO LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA** no item 06, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

**II) DO RECURSO**

Em síntese, a Recorrente alega que a empresa Recorrida não atendeu às exigências de qualificação técnica previstas no item 19 do edital, notadamente pela ausência de



### *Comissão Permanente de Pregão III*

atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, bem como aponta irregularidade na documentação de qualificação econômico-financeira, em razão da apresentação de certidão negativa de falência considerada incompleta, por conter ressalva expressa quanto à necessidade de certidão complementar emitida por outro sistema judicial, a qual não teria sido juntada aos autos.

#### **III) DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida, não apresentou suas contrarrrazões dentro do prazo de 3 dias úteis previstos no edital.

#### **IV) DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA**

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021, bem como os termos do Edital.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à classificação da empresa PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA, quanto alegação da ausência de Atestado de Capacidade Técnica, o edital, em seu item 19.1, exige comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares por meio de atestados ou certidões emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

A empresa apresentou devidamente atestado por meio do SICAF - <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/consultas/consultarNivel5.jsf>, inclusive o Atestado de Capacidade Técnica da UFPel que comprova, de forma objetiva e detalhada, que a empresa forneceu balança analítica e medidor de pH digital, bens compatíveis com o objeto do Item 06 do certame; executou o fornecimento em plenas condições de uso, com qualidade satisfatória e dentro do prazo de entrega; teve sua execução reconhecida por instituição pública federal, com identificação do emissor, descrição técnica dos produtos, referência a empenhos e assinatura eletrônica válida.

*Comissão Permanente de Pregão III*



Reitoria  
Pró-Reitoria Administrativa  
Coordenação de Material e Patrimônio  
Núcleo de Material

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A Universidade Federal de Pelotas, inscrita no CNPJ sob nº 92.242.080/0001-00, situada Rua Gomes Carneiro nº01, Bairro Porto, Pelotas/RS, atesta para os devidos fins que a empresa PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA, CNPJ 45.827.291/0001-24, sediada na Rua Domingos de Moraes, 2268 - sala 6 - Vila Mariana - São Paulo / São Paulo, CEP 04.036-000, forneceu os seguintes materiais: Medidor de pH digital simultânea do valor de pH, mV e temperatura (Faixa de medição de 0,00 pH a 14,00 pH e + 2000 mV absoluto; Suporte dos eletrodos com plataforma e braços; Precisão:  $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ ,  $\pm 0,02\text{pH}$  e  $\pm 0,2\text{mV}$ ; Acompanha fonte de alimentação; eletrodo combinado para pH, 100 mL buffer pH 9,18; 100 mL de buffer para 6,86; 100 mL de solução buffer pH 4,01; 100 mL de solução de repouso, sensor de temperatura, suporte de eletrodos e manual de instruções) e Balança analítica (capacidade: 220 g; repetitividade - Desvio Padrão:  $\leq 0,1\text{ mg}$ ; linearidade:  $\pm 0,2\text{mg}$ ; Dimensões externas LxPxÁ: 213x356x338 mm. Tensão de Alimentação: 12V, 1A; voltagem: 220V ou bivolt. - Modelo aprovado pelo Inmetro). (EMPENHOS 2023NE002147, 2023NE002133 e 2023NE002597), em plenas condições de uso, excelente qualidade e no prazo de entrega estabelecido.

Atestamos ainda que tais fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Ricardo Hartlebem Peter  
Pró-Reitor Administrativo  
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por RICARDO HARTLEBEM PETER, Pró-Reitor, Pró-Reitoria Administrativa, em 22/07/2024, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orqao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orqao_acesso_externo=0), informando o código verificador 2676994 e o código CRC 79FE2097.

Referência: Processo nº 23110.010054/2018-79

SEI nº 2676994

Dessa forma, resta comprovado o atendimento à exigência editalícia de qualificação técnica, não havendo violação ao item 19 do edital nem ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Não assistindo razão à Recorrente quanto à alegação de ausência de atestado de capacidade técnica, uma vez que o documento apresentado atende às exigências editalícias.

Passamos a análise da Certidão Negativa de Falência apresentada com ressalva.

O edital exige, no item 18.2, a apresentação de certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

No caso concreto, conforme apontado no recurso a certidão apresentada pela empresa recorrida contém ressalva expressa do órgão emissor, indicando a necessidade de certidão complementar (outro sistema judicial) e a certidão complementar não foi juntada no momento da habilitação.

***Comissão Permanente de Pregão III***

Todavia, diferentemente da qualificação técnica, a irregularidade documental relacionada à certidão de falência pode ser analisada sob a ótica do saneamento, desde que não altere a substância do documento; não viole a isonomia e seja possível comprovar que a condição (inexistência de falência) já existia à época da habilitação.

Nesse ponto, seria juridicamente possível a aplicação do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, mediante diligência específica para complementação documental, desde que a certidão complementar apenas confirme situação preexistente.

No momento da habilitação, foi juntada a Certidão Estadual de Distribuições Cíveis – TJSP, emitida em 19/12/2025, válida até 19/01/2026, em nome da própria empresa PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA.



19/12/2025 0092723884

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 7093174** FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/12/2025, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, CNPJ: 45.827.291/0001-24, conforme indicação constante do pedido de certidão,\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de dezembro de 2025.

PEDIDO Nº: 0092723884



A certidão apresentada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo está emitida em nome da empresa corretamente, certifica que nada consta quanto a pedidos de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial, encontra-se dentro do prazo de validade, abrange os feitos distribuídos na 1ª instância em todas as Comarcas do Estado de São Paulo.



### *Comissão Permanente de Pregão III*

Embora o documento contenha a observação "Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível", tal ressalva não invalida a certidão, tampouco retira sua eficácia para fins de habilitação, pois o edital exige certidão negativa de falência, não exigindo expressamente a apresentação cumulativa de certidões de turmas recursais ou de todos os sistemas judiciais existentes; a certidão atesta a inexistência de processos de falência e recuperação, que é exatamente o núcleo da exigência editalícia, a ressalva constitui orientação administrativa do próprio TJSP, não caracterizando pendência, restrição ou irregularidade em nome da empresa, a jurisprudência administrativa e do TCU admite certidões com observações genéricas, desde que não haja registro positivo ou impeditivo e por fim eventual complementação, se entendida necessária, teria natureza meramente confirmatória, não configurando inovação documental substancial.

Ademais, eventual exigência de múltiplas certidões judiciais, sem previsão expressa no edital, violaria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ampliaria indevidamente os requisitos de habilitação.

Desta feita, a apreciação e manifestação da D. Procuradoria será fundamental para subsidiar a análise inicial, bem como para resguardar a Administração quanto à adequada execução do objeto contratual. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações e as alegações técnicas deve estar fundamentada em parecer emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

#### **V) DAS DILIGÊNCIAS**

Diante do exposto, considerando que a habilitação se deu por fundada análise das questões técnicas, restou encaminhada o presente processo à Procuradoria Geral do Município, para análise e manifestação quanto aos aspectos jurídicos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem **23.11** do Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.143/2025**, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.



*Comissão Permanente de Pregão III*

**VI) DO PARECER JURIDICO**

A Procuradoria Geral do Município, ao analisar o recurso administrativo interposto pela empresa **VERLUMA COMÉRCIO LTDA**, concluiu pelo **regular processamento do certame**, reconhecendo a **tempestividade e admissibilidade do recurso**, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

No mérito, o parecer consignou que **não há ilegalidade na decisão que habilitou a empresa PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, uma vez que restou devidamente comprovado o atendimento às exigências editalícias de **qualificação técnica**, mediante apresentação de atestado compatível com o objeto licitado, em conformidade com o item 19 do edital e o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à **qualificação econômico-financeira**, a Procuradoria entendeu que a **certidão negativa de falência apresentada atende ao item 18.2 do edital**, sendo suficiente para comprovar a inexistência de processos de falência ou recuperação judicial em nome da empresa recorrida. Ressaltou, ainda, que as observações constantes na certidão não comprometem sua validade, inexistindo previsão editalícia que exija a apresentação de certidões complementares além daquelas expressamente requeridas.

Por fim, o parecer destacou que a atuação da Pregoeira observou os princípios da **legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica**, opinando, assim, pela **manutenção da decisão administrativa impugnada**, com o **não provimento do recurso**, ressalvada a natureza opinativa do parecer jurídico.

**VII) DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Conforme consignado no referido parecer jurídico, restou demonstrado que a empresa recorrida apresentou documentação suficiente para comprovação da **qualificação técnica**, nos termos do item 19 do edital, bem como atendeu à exigência de **qualificação**



*Comissão Permanente de Pregão III*

**econômico-financeira**, prevista no item 18.2, não havendo irregularidade apta a ensejar sua inabilitação.

Ressalte-se que as observações constantes nas certidões apresentadas não descaracterizam sua validade, inexistindo previsão editalícia que exija a apresentação de certidões complementares além daquelas efetivamente exigidas.

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.143/2025**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência ao princípio da Legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 10 de fevereiro de 2026.

**FERNANDA MEDEIROS RORIGUES**  
Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII  
Matricula: 468.036